

O LIXO NOSSO DE CADA DIA: A CRISE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL SOB A ÓTICA DA MODERNIDADE E DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

LA BASURA NUESTRA DE CADA DÍA: LA CRISIS DE LOS RESIDUOS SÓLIDOS EN BRASIL BAJO LA ÓPTICA DE LA MODERNIDAD Y DE LAS EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR

Zaqueu Luiz Bobato¹

Resumo: Este artigo analisa a crise dos resíduos sólidos urbanos no Brasil através das lentes da modernidade e das epistemologias do Sul, argumentando que o paradigma civilizatório hegemônico (fundamentado na racionalidade científica baconiana-cartesiana de dominação da natureza) encontra sua expressão material mais visível na crise do lixo. Esta, no entanto, transcende a mera gestão inadequada, manifestando-se em uma cultura predatória de consumo e descarte que ignora os limites planetários e a intrínseca conexão entre sociedade e natureza. Mediante abordagem qualitativa e análise documental, articula-se o marco teórico decolonial (Quijano, Escobar, Gudynas) com dados empíricos setoriais da Abrema (2023-2024). Os resultados demonstram a gravidade da crise: geração de 81 milhões de toneladas/ano, com apenas 8,3% de reciclagem e 41,5% de destinação inadequada, agravada por falhas de governança (60% dos municípios sem cobrança específica). Conclui-se que a superação efetiva desta crise demanda uma transformação epistemológica radical, que promova uma ética do cuidado e justiça ambiental. Isso implica não apenas a implementação de políticas de economia circular com centralidade nas cooperativas de catadores, mas, sobretudo, um profundo revolvimento educativo e cultural que desconstrua a lógica do descarte e ressignifique nosso lugar e nossa responsabilidade dentro da teia da vida.

Palavras-chave: Ciência moderna; Eurocentrismo; Decolonialidade; Resíduos sólidos; Educação Ambiental; Ética do cuidado.

Resumen: Este artículo analiza la crisis de los residuos sólidos urbanos en Brasil a través de los lentes de la modernidad y las epistemologías del Sur, argumentando que el paradigma civilizatorio hegemónico (fundamentado en la racionalidad científica baconiana-cartesiana de dominación de la naturaleza) encuentra su expresión material más visible en la crisis de la basura. Esta, sin embargo, trasciende la mera gestión inadecuada, manifestándose en una cultura depredadora de consumo y descarte que ignora los límites planetarios y la intrínseca conexión entre sociedad y naturaleza. Mediante un enfoque cualitativo y análisis documental, se articula el marco teórico

¹ Professor Formador no curso de Geografia Licenciatura UAB da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) campus Irati-PR. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0961-3137> E-mail: zaqueudegeo@gmail.com
Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.
<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

decolonial (Quijano, Escobar, Gudynas) con datos empíricos sectoriales de Abrema (2023-2024). Los resultados demuestran la gravedad de la crisis: generación de 81 millones de toneladas/año, con sólo un 8,3% de reciclaje y un 41,5% de disposición inadecuada, agravada por fallas de gobernanza (60% de municipios sin cobro específico). Se concluye que la superación efectiva de esta crisis demanda una transformación epistemológica radical, que promueva una ética del cuidado y justicia ambiental. Esto implica no sólo la implementación de políticas de economía circular con centralidad en las cooperativas de recicladores, sino, sobre todo, una profunda conmoción educativa y cultural que deconstruya la lógica del descarte y resignifique nuestro lugar y nuestra responsabilidad dentro de la trama de la vida.

Palabras clave: Ciencia moderna; Eurocentrismo; Decolonialidad; Residuos sólidos; Educación Ambiental; Ética del cuidado.

1. Introdução

A modernidade ocidental foi marcada por uma profunda transformação na forma de conceber a ciência, a natureza e o próprio papel do ser humano no mundo. Desde o século XVI, a Europa consolidou-se como polo irradiador de um novo paradigma científico, filosófico e cultural, que combinava o avanço das navegações, a expansão colonial e a revolução científica. Esse processo, longe de ser neutro, resultou em um projeto de dominação da natureza e de universalização de um modelo de conhecimento que se tornaria hegemônico.

Este artigo propõe analisar como a concepção de ciência moderna, forjada por pensadores como Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650), estruturou uma visão eurocêntrica que extrapolou o campo epistemológico e se materializou em modelos de desenvolvimento excludentes. A partir dessa base, busca-se compreender como esse paradigma influenciou a América Latina e, em particular, o Brasil, consolidando padrões de exploração predatória. O caso da crise dos resíduos sólidos no Brasil é tomado como expressão contemporânea dessa lógica, conectando a racionalidade científica moderna às práticas socioeconômicas atuais. Finalmente, discutem-se alternativas decoloniais que emergem como resistências e proposições de novos horizontes civilizatórios.

2. Metodologia

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, articulando referenciais da filosofia, da geografia crítica e do pensamento decolonial. O arcabouço teórico privilegia autores como Francis Bacon, René Descartes, Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Eduardo Gudynas e Jorge Ramon Montenegro Gómez, que orientam a leitura crítica do caso brasileiro.

A base empírica combina duas publicações da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), com escopos e recortes temporais distintos. O Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU), edição de 2024, utiliza como principal fonte o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Como o SNIS divulgou, em dezembro de 2023, as informações referentes ao exercício de 2022, todas as estatísticas do ISLU citadas neste artigo tomam 2022 como ano-base. O Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2024, por sua vez, adota 2023 como ano-base para os indicadores nacionais de geração, coleta, reciclagem e disposição final. Assim, números absolutos agregados provêm do Panorama 2024 com referência a 2023, enquanto indicadores municipais, como cobertura de coleta, existência de cobrança específica, destinação e taxa média de reciclagem, provêm do ISLU 2024 com referência a 2022. Essa separação é informada no corpo do texto sempre que necessário para evitar leituras anacrônicas.

Além dessas fontes setoriais, considera-se o marco jurídico-institucional da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e normativos correlatos, como responsabilidade compartilhada, logística reversa e destinação ambientalmente adequada. Para a contextualização internacional, recorre-se a relatórios do Banco Mundial (*What a Waste 2.0*), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/OECD), a comunicados da Organização das Nações Unidas (ONU) e a atualizações do *Stockholm Resilience Centre* sobre limites planetários.

Os procedimentos analíticos compreenderam o mapeamento e a sistematização do debate teórico sobre modernidade, colonialidade e desenvolvimento; o fichamento e a codificação temática das fontes; a triangulação bibliográfico-documental entre categorias analíticas e indicadores setoriais; e a elaboração de sínteses descritivas, incluindo a Tabela 1, para sustentar a argumentação. Reconhecem-se limitações inerentes aos sistemas federativos de reporte, como cobertura desigual, heterogeneidade de preenchimento e defasagens de divulgação, motivo pelo qual os

resultados são interpretados com cautela e sempre vinculados ao recorte temporal explicitado.

3. A ciência moderna no século XVI e XVII: Bacon, Descartes e a Europa como polo irradiador

O século XVII consolidou-se como marco na formação da ciência moderna europeia, quando se rompeu com a tradição escolástica medieval e se afirmou um modelo pautado pela racionalidade, pelo método e pela observação empírica. Francis Bacon, em sua obra *Novum Organum* (1620), defendia que o conhecimento deveria ser obtido pela experiência, pela indução e pela experimentação sistemática, sempre com a finalidade prática de dominar a natureza. Como afirma o próprio autor "O homem, ministro e intérprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza; não sabe nem pode mais" (Bacon, [1620] 2002, p. 6).

A filosofia baconiana inaugurou uma concepção instrumental da ciência, em que a verdade não se buscava mais na contemplação, mas na utilidade e no poder de transformação do mundo. Essa concepção foi sintetizada na célebre máxima de que "saber é poder", traduzindo a relação entre conhecimento científico e domínio técnico sobre os fenômenos naturais (Bacon [1620], 2002).

Em continuidade, René Descartes, no *Discurso do Método* (1637), estabeleceu os princípios do racionalismo moderno. Ao propor a dúvida metódica e o *cogito* como fundamento do conhecimento, Descartes afirmou a separação radical entre o sujeito pensante e o mundo exterior, visto como máquina passível de ser desmontada, analisada e controlada (Descartes, [1637] 2001). Essa visão mecanicista fortaleceu a ideia de que a natureza deveria ser explorada e submetida à razão humana, sem considerar dimensões éticas ou simbólicas.

O contexto histórico-geográfico favoreceu a difusão desse pensamento. A Europa dos séculos XVI e XVII vivia a expansão colonial, a acumulação primitiva de capitais e o fortalecimento das monarquias nacionais, elementos que proporcionaram não apenas recursos materiais, mas também a legitimação política e cultural para a universalização do modelo científico europeu. Como ressalta Bacon ([1620] 2002), era necessário

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

"expurgar os ídolos da mente" para instaurar uma nova ciência, livre dos entraves da tradição. Tal projeto, entretanto, caminhou *pari passu* à expansão colonial, tornando-se inseparável da lógica de dominação sobre povos, territórios e ecossistemas.

4. A universalização de um paradigma: do domínio da natureza ao discurso do desenvolvimento

A tradição baconiana não apenas redefiniu o conhecimento como técnica de investigação, mas conferiu ao domínio da natureza uma inflexão teológico-política: a restauração do "reino do homem" por meio das ciências, articulando saber e poder como tarefa legítima do humano (Bacon, [1620] 2002). Nessa chave, o empreendimento científico passou a ser lido como parte de um mandato providencial de recompor o governo sobre a criação, convergindo, no século XVII, com a racionalidade mecanicista cartesiana, para a qual, a finalidade prática do método é tornar os homens "senhores e possuidores da natureza" (Descartes, [1637] 2001).

Tal semântica civilizatória foi reapropriada pela empresa colonial como missão de levar progresso e conhecimento aos "outros", naturalizando e institucionalizando hierarquias raciais e epistêmicas que sustentaram o desenvolvimento como dispositivo de poder (Quijano, 2000; Montenegro Gómez, 2006). Em síntese, consolidou-se uma moral de dominação que hierarquizou povos e saberes e consagrou o "desenvolvimento" como destino histórico, relegando os demais ao lugar de aprendizes, a chamada missão civilizatória.

4.1. Eurocentrismo e a concepção de desenvolvimento na América Latina e no Brasil

Na América Latina, a internalização dessa lógica manifestou-se sobretudo a partir da consolidação do discurso do "desenvolvimento" no pós-Segunda Guerra Mundial. Como lembra Montenegro Gómez (2007), a noção de desenvolvimento foi erigida como promessa de melhoria da qualidade de vida, mas, na prática, legitimou processos de dominação econômica e cultural. Em suas palavras o discurso e a prática do desenvolvimento "se apresentam como a tentativa planejada racionalmente de melhorar a qualidade de vida da população. [...] No entanto, apesar da auréola de

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

prestígio que o circunda, o desenvolvimento proporciona realmente o que promete?" (Montenegro Gómez, 2007, p. 39).

Celso Furtado (1975) foi pioneiro ao denunciar que o desenvolvimento, tal como concebido nos países centrais, constituía um mito. Segundo o autor, tratava-se de um projeto assentado em objetivos abstratos, como exportações e crescimento econômico, que não dialogava com as necessidades reais das sociedades latino-americanas. Essa crítica foi retomada por Eduardo Gudynas (2011), ao enfatizar que o desenvolvimento foi utilizado para mobilizar povos periféricos a aceitarem sacrifícios, justificar a destruição ambiental e reforçar sistemas produtivos predatórios.

Na mesma linha, Aníbal Quijano (2000) formulou a noção de *colonialidade do poder*, para demonstrar que o desenvolvimento não era apenas uma fase evolutiva, mas produto direto do colonialismo e das assimetrias do capitalismo global. Para o autor, o eurocentrismo impôs um modelo único de progresso, subalternizando culturas locais e criando a ficção de que o "subdesenvolvimento" seria uma etapa transitória rumo ao desenvolvimento. Em suas palavras "O subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas sim o seu produto" (Quijano, 2000, p. 343).

Montenegro Gómez (2006) reforça essa leitura ao indicar que o discurso do desenvolvimento se consolidou como "discurso da verdade", sustentado por especialistas e instituições, capaz de forjar realidades e de estabelecer parâmetros do que seria progresso. Nesse sentido, termos como Terceiro Mundo, ajuda internacional e modernização foram construídos e difundidos como categorias científicas, mas serviram como instrumentos de poder e de controle simbólico sobre as nações periféricas (Montenegro Gómez, 2006).

4.2. O caso brasileiro: desenvolvimento seletivo e predatório

No caso brasileiro, esse modelo eurocêntrico encontrou terreno fértil em uma sociedade já estruturada pelo colonialismo, pela escravidão e pela concentração fundiária. A lógica do progresso foi traduzida em ciclos econômicos extrativistas (cana-de-açúcar, café, borracha, soja) que mantiveram a dependência externa e a vulnerabilidade social. Assim, o desenvolvimento no Brasil assumiu uma feição seletiva

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

e predatória, beneficiando elites agrárias e setores integrados ao mercado internacional, enquanto aprofundava desigualdades sociais e territoriais.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, é um exemplo da dificuldade de romper com essa lógica. Apesar de avanços conceituais, como a logística reversa e a responsabilidade compartilhada, sua implementação esbarra na falta de vontade política, de recursos e de priorização efetiva, refletindo a colonialidade do Estado e a perpetuação de um modelo que externaliza custos ambientais para as periferias.

5. O modelo predatório no Brasil contemporâneo: o caso do lixo

A racionalidade científica moderna, fundada na separação entre sujeito e natureza, consolidou um modelo civilizatório no qual o ser humano se coloca como externo e superior ao mundo natural. Essa perspectiva gerou um padrão predatório de relação com a Terra, como se os recursos fossem infinitos e os resíduos pudessem simplesmente desaparecer em um "fora" inexistente. No entanto, todo o lixo produzido permanece dentro do planeta, contaminando solos, águas e ar. É a materialização de um modelo que ignora que fazemos parte da própria natureza que degradamos.

No Brasil, a materialidade desse paradigma é eloquente e mensurável. Os dados mais recentes (Abrema, 2024) revelam a escala do problema: em 2023, o país gerou 81 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos. Esse volume equivale a encher mais de 11 estádios do Maracanã de lixo, todos os dias do ano. Em termos individuais, essa massa de resíduos se traduz em uma média de 1,047 kg por habitante/dia. Este valor, elevado e crescentemente, evidencia um paradoxo crucial: a geração de resíduos avança a um ritmo muito superior ao do crescimento populacional, revelando uma incompatibilidade estrutural entre o atual modelo de vida social e a capacidade de regeneração do planeta.

Dos resíduos enviados à disposição final, 58,5% tiveram destinação ambientalmente adequada em aterros sanitários, enquanto 41,5% (o equivalente a quase 29 milhões de toneladas) foram dispostos de forma inadequada, contaminando o ambiente e as comunidades do seu entorno. Em termos do total gerado, isso corresponde a uma estimativa de 35,5% com destinação final inadequada em 2023. Ainda mais crítico é o patamar de reciclagem: apesar da importância estratégica do trabalho de catadoras e catadores, apenas 8,3% do total gerado foi encaminhado para

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.
<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

o reaproveitamento, um índice ainda insuficiente frente às metas e à hierarquia da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Esta realidade evidencia o absurdo do modelo de desenvolvimento vigente. Contaminamos solo, água e ar, comprometendo a biodiversidade e a saúde humana. O lixo descartado retorna em forma de microplásticos nos alimentos, metais pesados nos aquíferos e poluição atmosférica que agrava doenças respiratórias. Como questiona Gudynas (2011), trata-se de perguntar: isso é desenvolvimento?

Entretanto, é imperativo destacar que a internalização desse paradigma no Brasil assume contornos próprios e perversos. Ainda que o modelo de desenvolvimento hegemônico seja de origem eurocêntrica, as elites econômicas e políticas locais abraçaram-no de forma acrítica e intensificaram sua face predatória. Aspiramos a replicar um padrão de consumo e produção que, em seu cerne, é gerador intensivo de resíduos, sem, contudo, construir as contrapartidas necessárias. Os dados de governança do ISLU 2022 ilustram essa falha: cerca de 50% dos municípios ainda destinam incorretamente seus resíduos e 60% não implementaram cobrança específica pelos serviços, reflexo de uma gestão pública historicamente ineficiente e subfinanciada.

Essa combinação explosiva entre um modelo altamente gerador de resíduos e uma gestão pública falha é agravada por outros dois fatores fundamentais:

1. Práticas de educação ambiental ainda incipientes e desconectadas: A educação ambiental, quando existe, frequentemente se limita a gestos simbólicos e desconectados de uma crítica profunda ao modelo de consumo. Não se trata apenas de ensinar a separar o lixo, mas de questionar a geração do lixo em si, promovendo uma reflexão sobre os ciclos da natureza e os impactos de nossos padrões de vida.
2. Uma cultura de descaso enraizada: Herdeira de uma visão de natureza como entidade a ser dominada e de um passado colonial e escravagista que sempre tratou territórios e pessoas como descartáveis, parte da sociedade brasileira desenvolveu uma relação de descaso com o ambiente. O 'jogar fora' ignora que esse 'fora' não existe; é o terreno baldio, o rio, a periferia, o manguezal, logo, espaços de vida de comunidades vulneráveis. Essa cultura naturaliza o desperdício e enfraquece a cobrança por direitos socioambientais.

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

Portanto, mais do que um problema de gestão técnica, o lixo revela o caráter civilizatório de uma lógica que separa sociedade e natureza, consumindo e descartando sem reconhecer limites. Ao projetar um futuro de montanhas de resíduos, o Brasil exemplifica a contradição fundamental de um modelo predatório: ao mesmo tempo em que se apresenta como caminho para o progresso, ameaça as condições básicas de vida das gerações futuras. E o faz não apenas por influência externa, mas por uma escolha interna de perpetuar, de forma amplificada e caótica, as piores facetas desse paradigma.

Tabela 1: Indicadores selecionados sobre RSU no Brasil

Indicador	Valor	Fonte / Ano-base
Geração total de RSU	80.957.467 t (≈ 81,0 milhões de toneladas)	Abrema, Panorama 2024 / 2023
Geração per capita	1,047 kg/hab/dia	Abrema, Panorama 2024 / 2023
RSU coletado	93,4% do gerado (≈ 75,6 milhões de toneladas)	Abrema, Panorama 2024 / 2023
RSU encaminhado à reciclagem	6,7 milhões de toneladas (8,3% do gerado)	Abrema, Panorama 2024 / 2023
Disposição final adequada (aterros)	58,5% (≈ 40,58 milhões de toneladas)	Abrema, Panorama 2024 / 2023
Disposição final inadequada	41,5% (≈ 28,73 milhões de toneladas)	Abrema, Panorama 2024 / 2023
População com coleta regular	177,8 milhões de hab.	Abrema, ISLU 2024 / 2022 (SNIS)
Municípios sem cobrança específica	60%	Abrema, ISLU 2024 / 2022 (SNIS)
Taxa média municipal de reciclagem	3,3%	Abrema, ISLU 2024 / 2022 (SNIS)
Municípios com destinação incorreta	≈ 50%	Abrema, ISLU 2024 / 2022 (SNIS)

Fonte: Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema, 2024). Org.: Própria, com base nos dados do Panorama dos Resíduos Sólidos 2024 e do Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU) 2024. **Nota de método:** Para números absolutos nacionais (geração, coleta, reciclagem e destinação), utiliza-se o Panorama ABREMA 2024, cujo ano-base é 2023. Para indicadores municipais (cobertura, cobrança,

destinação e reciclagem média), utiliza-se o ISLU Abrema 2024, que tem ano-base 2022 (SNIS/2022).

5.1. Escala global e limites planetários

Em 2013, as Nações Unidas alertaram que, mantidas as tendências de consumo, a humanidade demandaria o equivalente a três planetas até 2050, evidenciando a incompatibilidade entre estilos de vida hegemônicos e a capacidade de suporte da Terra (ONU Brasil, 2013).

Em 2018, o Banco Mundial projetou que os resíduos urbanos globais passariam de 2,01 bilhões de toneladas (2016) para 3,40 bilhões de toneladas em 2050, pressionando sistemas municipais e ampliando impactos ambientais (*World Bank*, 2018).

Em 2022, a OCDE estimou que o lixo plástico quase triplicará até 2060; mesmo com políticas adicionais, a taxa global de reciclagem alcançaria cerca de 17%, com aproximadamente metade ainda destinada a aterros (OECD, 2022).

Em 2023, a atualização do arcabouço de limites planetários concluiu que 6 de 9 limites já foram transgredidos, indicando que a Terra opera fora do espaço operacional seguro para a humanidade (*Science Advances*, 2023; *Stockholm Resilience Centre*, 2023).

6. Discussão decolonial: alternativas e resistências

A crise dos resíduos no Brasil não é só falta de política ou de tecnologia; ela revela, no fundo, a colonialidade do poder (Quijano, 2000), que espalhou uma ideia única de “progresso” linear, acumulativo e predatório. Nessa chave, consumir sem limites e descartar sem culpa viraram sinônimo de modernidade, enquanto os danos ficaram para as periferias e para as populações mais vulneráveis.

Dussel (2005) e Escobar (2005) mostram que o “desenvolvimento”, do jeito como foi pensado no Norte global, funciona como ferramenta de dominação material e de apagamento de outros saberes. Escobar propõe “pensar com a Terra”: reconstruir

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

ciência e política a partir da diversidade cultural e ecológica, abrindo espaço para caminhos que não repetem a lógica de dominação.

Gudynas (2011) chama isso de pós-desenvolvimento: não é consertar o mesmo modelo, é superá-lo. Significa admitir que há muitos caminhos possíveis, enraizados nas histórias e nos territórios. O *Buen Vivir*, por exemplo, recoloca o bem-estar coletivo, o respeito à natureza e a diversidade cultural como base de uma nova racionalidade, com vida digna para todos e redução real das pressões sobre os ecossistemas.

No Brasil, essas saídas já aparecem em práticas vivas de resistência e reexistência. Catadoras e catadores organizados em cooperativas, com apoio dos municípios, mostram que é possível transformar a reciclagem em serviço público de fato com contrato, meta e remuneração pelo serviço ambiental. São sujeitos políticos que recolocam materiais no ciclo produtivo e sustentam milhares de famílias. Do mesmo modo, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) mantêm práticas de baixo desperdício, reaproveitamento e compostagem que podem inspirar políticas urbanas sem romantização: coleta seletiva que chega na casa das pessoas, pontos de entrega bem localizados, sistemas de devolução com incentivo financeiro e compostagem nos bairros.

Nada disso pede que as pessoas “abram mão” da vida urbana ou do conforto. O que se propõe é redesenhar os serviços para que funcionem melhor e com menos lixo: fabricantes assumem a responsabilidade pelo retorno e pela destinação correta do que colocam no mercado, o poder público organiza e fiscaliza, e a população encontra soluções simples e convenientes. Os ganhos são concretos: cidade mais limpa, trabalho e renda, menos gasto público com limpeza e saúde, e menos pressão sobre a natureza.

Porto-Gonçalves (2006) ajuda a entender essas iniciativas como reação à “globalização da natureza”: o mercado transforma bens locais em mercadorias e, depois, em rejeito; os povos respondem defendendo território e saberes. Haesbaert (2021) chama isso de reexistências: não é só dizer “não”; é recriar a vida a partir de vínculos locais, redes de solidariedade e uso mais justo do espaço.

O enfrentamento aos lixões, o avanço da agroecologia, os circuitos curtos de produção e consumo, a economia solidária e as pedagogias comunitárias são exemplos dessa virada. Ao mesmo tempo, desconstróem a ideia de que “lixo é inevitável” e mostram que dá para viver bem sem devastar.

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

Em síntese, a leitura decolonial revela que a crise do lixo é um problema civilizatório. Superá-la pede uma ética do cuidado, com reciprocidade, pertencimento e respeito aos muitos saberes que existem no país. Reconhecer e fortalecer as resistências e reexistências que já acontecem é passo decisivo para sociedades mais justas e sustentáveis, rompendo com o universalismo desenvolvimentista e abrindo espaço para caminhos gestados a partir dos territórios.

7. Considerações Finais: Um Convite à Reflexão e à Ação

A análise da crise dos resíduos no Brasil, à luz do paradigma moderno-colonial, conduz a uma conclusão inevitável e inquietante: o lixo é o sintoma mais visível de uma doença profunda em nosso modelo civilizatório. Herdeiros de uma racionalidade que nos ensinou a nos vermos como senhores e possuidores da natureza, construímos uma sociedade de consumo que glorifica o novo e descarta o velho com velocidade assustadora. Os dados não mentem: geramos montanhas de rejeitos que contaminam nosso solo, água e ar, enquanto apenas uma fração ínfima retorna ao ciclo produtivo. Esta não é uma falha pontual do sistema; é o seu funcionamento padrão.

Diante deste cenário, somos convidados a parar e refletir: que modelo de desenvolvimento e de vida estamos, de fato, escolhendo? Um que produz riqueza para alguns às custas da degradação ambiental e da injustiça social para muitos? Até quando a Terra, finita em seus recursos, suportará essa lógica predatória e linear de extrair, produzir, consumir e descartar? O "fora" para onde jogamos nosso lixo não existe; é um aquífero que envenenamos, um manguezal que soterramos, o quintal de uma comunidade vulnerável. Estamos, literal e tragicamente, transformando o nosso único planeta em um imenso depósito de lixo.

A superação deste paradoxo exige mais do que inovações tecnológicas ou decretos governamentais. Exige uma revolução ética e educacional. É premente que a educação ambiental deixe de ser uma atividade pontual e se torne o eixo transversal de todos os níveis de ensino. Precisamos ir além de ensinar a separar o lixo; é fundamental fomentar uma cultura de equilíbrio e harmonia com a natureza, da qual somos parte intrínseca e da qual dependemos para existir. Precisamos aprender, desde cedo, que não há distinção entre bem-estar humano e saúde planetária.

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

As alternativas decoloniais já sinalizam caminhos: as cooperativas de catadores mostram que o "lixo" pode ser fonte de dignidade e trabalho; os saberes tradicionais nos lembram do valor da circularidade e do respeito a todos os seres; a economia solidária e o consumo consciente apontam para uma relação de coexistência e não de agressão com o meio.

Portanto, as considerações finais deste artigo não se encerram em uma conclusão, mas se abrem como um convite à ação reflexiva. O futuro que legaremos às próximas gerações está sendo definido agora, em nossas escolhas cotidianas, na pressão por políticas públicas efetivas e na construção coletiva de um novo paradigma. Que país e que planeta queremos deixar? A resposta não está em palavras, mas na coragem de repensarmos radicalmente nosso lugar no mundo e de agirmos, individual e coletivamente, em direção a um futuro onde a harmonia substitua a dominação, e o cuidado seja a base de uma nova ética para a vida.

8. Referências

ABREMA–Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. *Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana – ISLU 2024*. São Paulo: ABREMA, 2024. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/islu/>. Acesso em: 12 set. 2025.

ABREMA–Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2024*. São Paulo: ABREMA, 2024. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/panorama/>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. *Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos 2022*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos-snis>. Acesso em: 7 set. 2025.

BACON, Francis. *Novum Organum*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 2002. (Os Pensadores).

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

DESCARTES, René. *Discurso do método: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências*. Tradução de Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

ESCOBAR, Arturo. *Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GUDYNAS, Eduardo. Desarrollo, extractivismo y buen vivir. In: LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia (comp.). *Más allá del desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, 2011. p. 21-53.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina"*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. 396 p. ISBN 978-987-722-832-8. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 7 set. 2025.

KAZA, Silpa; YAO, Lisa C.; BHADA-TATA, Perinaz; VAN WOERDEN, Frank. What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050. *Washington, DC: World Bank*, 2018. DOI: 10.1596/978-1-4648-1329-0. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/d3f9d45e-115f-559b-b14f-28552410e90a>. Acesso em: 7 set. 2025.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramon. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (orgs.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 39-54.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramon. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Até 2050 serão necessários três planetas para suprir necessidades da população mundial, alerta ONU*. Brasília, 24 maio 2013. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/62697-até-2050-serão-necessários-três-planetras-para-suprir-necessidades-da-população-mundial-alerta>. Acesso em: 7 set. 2025.

OECD-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Global Plastics Outlook: Policy Scenarios to 2060*. Paris: *OECD Publishing*, 2022. DOI: 10.1787/aa1edf33-en. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/2022/06/global-plastics-outlook_f065ef59.html. Acesso em: 7 set. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.

<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>

O LIXO NOSSO DE CADA DIA: A CRISE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL SOB A ÓTICA DA MODERNIDADE E DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.

RICHARDSON, Katherine et. al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science Advances*, v. 9, n. 37, eadh2458, 2023. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh2458>. Acesso em: 7 set. 2025.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE. *All planetary boundaries mapped out for the first time, six of nine crossed*. Estocolmo, 13 set. 2023. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2023-09-13-all-planetary-boundaries-mapped-out-for-the-first-time-six-of-nine-crossed.html>. Acesso em: 7 set. 2025.

Como citar este artigo:

BOBATO, Zaqueu Luiz. O LIXO NOSSO DE CADA DIA: A CRISE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL SOB A ÓTICA DA MODERNIDADE E DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL. *Revista Partes* [online], São Paulo, DATA MÊS. ANO. Disponível em: <LINK DA PUBLICAÇÃO>. Acesso em: DATA MÊS. ANO.

P@rtes
A Sua Revista Virtual

Publicado em 29 de setembro de 2025 no site www.partes.com.br.
<https://www.partes.com.br/2025/09/29/o-lixo-nosso-de-cada-dia-a-crise-dos-residuos-solidos-no-brasil-sob-a-otica-da-modernidade-e-das-epistemologias-do-sul/>